



Prefeitura Municipal de Caiana

Adm.: 2025/2028 – *Unidos por Caiana, com a Força do Povo!*

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 002/2026 CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

O Município de Caiana, inscrito no CNPJ sob o nº 18.114.256/0001-95, com sede na Rua Miguel Toledo, nº 106, Bairro Centro, Caiana - MG, através de sua Secretaria Municipal de Saúde, torna público a abertura do Procedimento Auxiliar em epígrafe, adotando – se como:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 79, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, Leis Complementares nº 123/2006 e 147/2014, e demais condições fixadas neste instrumento.

DATA DE INÍCIO PARA RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO:

LOCAL DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO: licitacao@caiana.mg.gov.br ou através de protocolo no setor de licitações localizado no endereço mencionado no preâmbulo.

ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO: Em até 05 (cinco) dias úteis após a postagem da documentação ou data do recebimento através de protocolo no setor de licitações.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses;

HIPÓTESE DE CONTRATAÇÃO: Seleção a Critério de Terceiros

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília;

1- OBJETO

1.1. Constitui-se objeto do presente instrumento, o **Credenciamento de Pessoas Jurídicas para prestação de serviços de procedimentos hospitalares, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Caiana/MG.**

2- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste procedimento as Pessoas Jurídicas, do ramo pertinente ao objeto licitado que atendam todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

2.2. Não poderão participar do procedimento:

I - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

II - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III - Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles



Prefeitura Municipal de Caiana

Adm.: 2025/2028 – Unidos por Caiana, com a Força do Povo!

seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

V - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VI - Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.1. O impedimento de que trata o inciso III será também aplicado ao proponente que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do proponente.

2.2.2. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os incisos I e II poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.2.3. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.3. O proponente deverá encaminhar declaração atestando que:

I- Não incorre nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21;

II- Que atende os requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21;

III- Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21;

IV- Que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados;

V- Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega da proposta, conforme art. 63 § 1º da Lei Federal nº 14.133/21;

VI- Que está ciente do edital e concorda com as condições locais para cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;

VII- Para fins do disposto no inciso VI, do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;

VIII- Para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/06, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto portando, a exercer o direito de preferência.

IX- Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.



Prefeitura Municipal de Caiana

Adm.: 2025/2028 – *Unidos por Caiana, com a Força do Povo!*

2.9.1. A falsidade da declaração sujeitará o proponente às sanções previstas neste edital, bem como àquelas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

2.9.2. **Ao firmar a declaração constante no item VIII, o proponente declara simultaneamente que ainda não celebrou contratos nas condições estabelecidas no item 3.1 independentemente de transcrição.**

3- DOS BENEFÍCIOS PARA MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

3.1. A obtenção dos benefícios aplicáveis às Microempresas - ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP, previstos nos Arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/06, está condicionada àquelas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte – EPP.

3.1.1. Nas contratações com prazo de vigência superior a 01 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato para aplicação dos limites previstos.

3.1.2. Caso o proponente não esteja enquadrado como Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, perderá os benefícios obtidos e poderá sofrer as sanções previstas neste instrumento convocatório e na legislação vigente.

3.2. Conforme Art. 18-E § 3º da Lei Complementar nº 123/06, o Microempreendedor Individual-MEI é uma modalidade de Microempresa - ME.

4- DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Como requisito de habilitação para o credenciamento, os proponentes deverão enviar no e-mail citado no preâmbulo os seguintes documentos:

4.1.1. REGULARIDADE JURÍDICA

I- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

II- Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

III- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

IV- Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

V- Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VI- Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

VII- Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas



Prefeitura Municipal de Caiana

Adm.: 2025/2028 – Unidos por Caiana, com a Força do Povo!

Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

4.1.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

I – Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)

II - Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - Prova de regularidade para com a FAZENDA FEDERAL e a SEGURIDADE SOCIAL, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

IV - Prova de regularidade para com a FAZENDA ESTADUAL do domicílio ou sede do proponente, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

V – Prova de regularidade para com a FAZENDA MUNICIPAL do domicílio ou sede do proponente;

VI – Certidão de Regularidade perante o FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FGTS, ou expedida pelo site próprio (via Internet), conforme legislação em vigor;

VI – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a JUSTIÇA DO TRABALHO, mediante a apresentação de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

VII- Declaração que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

4.1.2.1. Os documentos poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do proponente, inclusive por meio eletrônico, desde que devidamente justificado e acatado expressamente pelo Pregoeiro.

4.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

I- CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA/CONCORDATA ou CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA da Sede da pessoa jurídica proponente, expedida pelo cartório distribuidor, com data de emissão de no máximo 90 (noventa) dias da data estipulada para abertura do certame, exceto se outra data não constar expressamente no documento.

4.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em seu formato original, por cópia ou por digitalização.

4.2.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

4.3. É de responsabilidade do proponente conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



Prefeitura Municipal de Caiana

Adm.: 2025/2028 – *Unidos por Caiana, com a Força do Povo!*

4.3.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.4. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos até o momento da aferição dos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I- Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos proponentes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

II- Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

4.5. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

4.6. Na hipótese de o proponente não atender às exigências para credenciamento, será oportunizada a nova apresentação em momento posterior.

5- DO CREDENCIAMENTO

5.1. O credenciamento será conduzido pela comissão de contratação, conforme portaria de designação da autoridade competente.

5.2. Após o recebimento dos documentos para o credenciamento através do e-mail mencionado no preâmbulo, a comissão de contratação terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para realizar a conferência e a análise da documentação apresentada pelos proponentes, declarando-os habilitados ou inabilitados.

5.2.1. O prazo para análise e julgamento dos documentos apresentados pelo proponente poderá ser prorrogado por igual e sucessivo período, desde que previamente justificado pela comissão de contratação.

5.3. O credenciamento permanecerá em aberto por um período de 12 (doze) meses, para que qualquer interessado possa apresentar a documentação.

5.3.1. A partir do primeiro dia útil após a publicação os proponentes poderão encaminhar os documentos previstos neste instrumento, se candidatando para o credenciamento.

5.3.2. Persistindo a demanda em conformidade com as condições estabelecidas neste instrumento, o credenciamento poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

5.4. O credenciamento do proponente não constitui obrigatoriedade de contratação.

5.5. Todos os credenciados que se manifestarem e que atenderem às exigências do edital poderão celebrar o contrato para a prestação do serviço, observado o seguinte critério de distribuição de demanda: **SELEÇÃO A CRITÉRIO DE TERCEIROS.**

5.6. Todos os credenciamentos serão ratificados pela Autoridade Competente.



Prefeitura Municipal de Caiana

Adm.: 2025/2028 – Unidos por Caiana, com a Força do Povo!

5.7. O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.

5.7.1. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos arts. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.2. A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram, desde que não possuam vícios e/ou ilegalidades.

5.8. O descredenciamento poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:

I - Pedido formalizado pelo credenciado;

II - Perda das condições de habilitação do credenciado;

III - Descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

IV - Sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

5.8.1. O pedido de descredenciamento de que trata o inciso I não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

5.8.2. Nas hipóteses previstas nos incisos II e III do caput, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

5.8.3. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

5.8.4. Somente por motivo de economicidade, segurança ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

5.9. Os credenciados, após convocação para assinatura do instrumento contratual ou instrumento equivalente, estarão sujeitos às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste edital e às demais cominações legais, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

5.10. O mesmo interessado poderá ser credenciado para executar mais de um objeto, desde que atenda aos requisitos de habilitação em relação a todos os objetos.

6- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o proponente que, com dolo ou culpa:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para a contratação;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento ou a execução do contrato;



Prefeitura Municipal de Caiana

Adm.: 2025/2028 – Unidos por Caiana, com a Força do Povo!

IX – Fraudar o procedimento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos proponentes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I- Advertência;

II- Multa;

III- Impedimento de licitar e contratar e

IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

6.2.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

6.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

6.2.3. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

6.2.4. Na aplicação da sanção prevista no inciso II, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

6.2.5. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o proponente ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

6.2.5.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o proponente ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

6.2.5.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

6.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I- A natureza e a gravidade da infração cometida.

II- As peculiaridades do caso concreto

III- As circunstâncias agravantes ou atenuantes

IV- Os danos que dela provierem para a Administração Pública

V- A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.4. A sanção administrativa de advertência, inciso I do item 6.2, será aplicada exclusivamente pela infração que der causa à inexecução parcial do contrato, inciso I do item 6.1, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave.

6.5. A sanção administrativa de multa, inciso II do item 6.2., será aplicada, ao responsável por qualquer das infrações previstas no item 6.1. deste instrumento, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.



Prefeitura Municipal de Caiana

Adm.: 2025/2028 – Unidos por Caiana, com a Força do Povo!

6.5.1. A multa será calculada pelo gestor do contrato que deverá observar para sua aplicação o disposto no item 6.3.

6.6. A sanção prevista no inciso III do item 6.2, impedimento de licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 6.1 deste instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme a gravidade da infração.

6.7. A sanção prevista no inciso IV do item 6.2, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 6.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 6.6 deste instrumento, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

6.7.1. A sanção administrativa prevista no inciso IV do item 6.2 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal responsável.

6.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão.

6.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

6.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6.12. No prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, o município deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

6.13. Todas as intimações serão realizadas através do endereço de e-mail informado pelo proponente em seu cadastro, não será aceita, em nenhuma hipótese, a justificativa do não recebimento das intimações realizadas através deste canal.



Prefeitura Municipal de Caiana

Adm.: 2025/2028 – Unidos por Caiana, com a Força do Povo!

6.13.1. Caso o proponente não confirme o recebimento das intimações no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a administração o convocará por publicação no Diário Oficial adotado pelo órgão.

6.14. Além das sanções previstas no item 6.2, o proponente estará sujeito a multa de mora pelo atraso injustificado na execução do contrato.

6.14.1. Após o decurso do prazo de execução, quando as obrigações não estiverem sanadas, o fiscal do contrato emitirá uma advertência sobre o atraso injustificado, o contratado terá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para justificar a inexecução, resultando nas seguintes hipóteses:

I – Caso a justificativa para o atraso na execução seja acatada pela administração, esta deverá disponibilizar prazo exíguo para o saneamento e regularização da execução;

II – Caso a justificativa não seja aceita pela administração ou o contratado não a apresente no prazo determinado, este estará sujeito a multa de 2% (dois por cento) do valor integral do contrato por dia de atraso na execução, até o limite máximo de 30% (trinta por cento), atingido este limite a administração poderá convertê-la em compensatória e promover a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das outras sanções previstas neste instrumento convocatório.

6.14.2. Será utilizado como parâmetro de cálculo o valor das respectivas parcelas em atraso.

7- DOS RECURSOS

7.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de proponentes, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

7.3. Quando o recurso apresentado impugnar o ato de habilitação ou inabilitação do proponente:

I- a intenção de recorrer deverá ser manifestada formalmente através do e-mail mencionado no preâmbulo, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de preclusão;

II- o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

7.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

7.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

7.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais proponentes será de 3 (três) dias úteis, quando cabível, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



Prefeitura Municipal de Caiana

Adm.: 2025/2028 – Unidos por Caiana, com a Força do Povo!

7.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

7.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

8.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

8.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados através do e-mail mencionado no preâmbulo.

8.4. A impugnação não terá efeito suspensivo e a decisão da comissão de contratação será motivada nos autos.

8.5. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no site oficial do município.

9 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

9.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário oficial de Brasília - DF.

9.3. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

9.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

9.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do proponente, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

9.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.



Prefeitura Municipal de Caiana

Adm.: 2025/2028 – Unidos por Caiana, com a Força do Povo!

9.7. É facultada a Comissão de Licitação, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

9.8. Os contratados são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

10- DA FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS

10.1. A contratação oriunda do processo administrativo de credenciamento configura inviabilidade de competição e será formalizada como inexigibilidade de licitação, nos termos do inciso IV do art. 74 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

10.2. Após divulgação do proponente na lista de credenciados, o órgão ou a entidade poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, retirar a nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.3. A administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato ou retirar outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste edital de credenciamento.

10.3.1. O credenciado deverá assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

10.3.2. Poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, desde que o motivo apresentado seja aceito pela administração.

10.4. A vigência dos contratos decorrentes do credenciamento será correspondente a 12 (doze) meses, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.4.1. O contrato poderá ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

10.5. Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

11- DOS ANEXOS

11.1. São partes integrantes deste instrumento:

ANEXO I - Termo de Referência

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II – Minuta Contratual

ANEXO III – Modelo de Declaração Conjunta

12- DO FORO

12.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no foro da comarca de Espera Feliz-MG, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Caiana/MG, 12 de fevereiro de 2026.

Giulia Stella Lemos
Secretário Municipal de Saúde



Prefeitura Municipal de Caiana

Adm.: 2025/2028 – *Unidos por Caiana, com a Força do Povo!*

PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 002/2026

CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

1- DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente instrumento, o **Credenciamento de Pessoas Jurídicas para prestação de serviços de procedimentos hospitalares, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Caiana/MG.**

1.2. O município de Caiana-MG, através da secretaria municipal de Saúde, estima um quantitativo de consumo anual, conforme planilha demonstrativa colacionada a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	TOMOGRAFIA – ABDOMEM SUPERIOR	UNID	200	R\$ 427,90	R\$ 85.580,00
2.	TOMOGRAFIA – ARTICULAÇÃO DE MEMBRO SUPERIOR	UNID	80	R\$ 288,52	R\$ 23.081,60
3.	TOMOGRAFIA – ARTICULAÇÃO DE MEMBRO INFERIOR	UNID	80	R\$ 288,52	R\$ 23.081,60
4.	TOMOGRAFIA – COLUNA CERVICAL	UNID	120	R\$ 377,17	R\$ 45.260,40
5.	TOMOGRAFIA – COLUNA DORSAL	UNID	120	R\$ 431,42	R\$ 51.770,40
6.	TOMOGRAFIA – COLUNA LOMBO SACRA	UNID	120	R\$ 307,62	R\$ 36.914,40
7.	TOMOGRAFIA – COLUNA TORÁCICA	UNID	120	R\$ 295,19	R\$ 35.422,80
8.	TOMOGRAFIA – CRÂNIO	UNID	120	R\$ 340,69	R\$ 40.882,80
9.	TOMOGRAFIA – FACE OU SEIOS DA FACE	UNID	80	R\$ 356,66	R\$ 28.532,80
10.	TOMOGRAFIA – MASTÓIDES OU ORELHAS	UNID	80	R\$ 395,47	R\$ 31.637,60
11.	TOMOGRAFIA – PELVE/BACIA/ABDOMEM INFERIOR	UNID	200	R\$ 347,61	R\$ 69.522,00
12.	TOMOGRAFIA – PESCOÇO	UNID	200	R\$ 359,41	R\$ 71.882,00
13.	TOMOGRAFIA – SEGMENTOS APENDICULARES BRAÇO, ANTEBRAÇO MÃO COXA PERNA PÉ	UNID	120	R\$ 288,52	R\$ 34.622,40
14.	TOMOGRAFIA – TÓRAX	UNID	200	R\$ 417,54	R\$ 83.508,00

1.3. O estabelecimento de valores em referência aos preços constantes na tabela de procedimento em questão, se encontra em estrita conformidade com a legislação pertinente, em especial com o estabelecido no Art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, haja vista as disposições contidas no **Decreto Municipal nº 1.032/2026**, após aprovação do conselho municipal de saúde de Caiana-MG.

1.4. É vedada a cobrança de qualquer valor adicional por parte dos credenciados.

2- PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO

2.1. O contrato oriundo do presente procedimento terá vigência de 12 (doze) meses.

2.2. O contrato poderá ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21 até o limite máximo de 10 (dez) anos, desde que devidamente comprovada que as condições e os



Prefeitura Municipal de Caiana

Adm.: 2025/2028 – *Unidos por Caiana, com a Força do Povo!*

preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contrato ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

3- FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A disponibilização de tratamento de feridas aos usuários do sistema público municipal de saúde configura-se como medida indispensável para garantir a integralidade da atenção à saúde, em conformidade com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), em especial os da universalidade, integralidade e equidade previstos no art. 198 da Constituição Federal e na Lei nº 8.080/1990.

3.2. Feridas crônicas ou agudas, quando não tratadas adequadamente, podem evoluir para quadros infecciosos, necroses, amputações, internações prolongadas e até mesmo óbitos. A oferta de tratamento especializado permite acelerar o processo de cicatrização, reduzir complicações e minimizar o sofrimento dos pacientes. Além disso, possibilita a redução de sequelas e garante melhor qualidade de vida, principalmente de pessoas idosas, acamadas, diabéticas ou portadoras de doenças vasculares.

3.3. O atendimento sistemático às feridas promove inclusão social e dignidade, uma vez que usuários em situação de vulnerabilidade geralmente não dispõem de condições financeiras para custear curativos de qualidade e acompanhamento adequado. O suporte prestado pelo município representa um cuidado humanizado, essencial para o bem-estar físico e emocional da população assistida.

3.4. A disponibilização de tratamento adequado de feridas reduz significativamente os custos da rede pública de saúde, evitando internações hospitalares, procedimentos cirúrgicos de maior complexidade e utilização intensiva de medicamentos. Trata-se de medida preventiva que gera economia aos cofres públicos, ao mesmo tempo em que aumenta a resolutividade da atenção básica e fortalece a rede de atenção primária.

3.5. A iniciativa está alinhada às políticas nacionais de atenção à saúde, atendendo às diretrizes da Portaria nº 483/2014 do Ministério da Saúde, que institui a Linha de Cuidado às Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do SUS. Além disso, materializa o dever constitucional do Município em assegurar condições de saúde à sua população, em consonância com a Constituição Federal.

3.6. Dessa forma, a disponibilização de tratamento de feridas aos usuários do sistema público municipal de saúde de Caiana-MG é medida necessária, estratégica e inadiável, pois assegura a promoção da saúde, reduz complicações clínicas, amplia a eficiência da rede pública, garante dignidade aos pacientes e fortalece o compromisso da Administração Municipal com a proteção integral da vida e do bem-estar da coletividade.

3.7. Após análise das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Caiana-MG, constata-se que a alternativa mais viável e vantajosa para a Administração Pública Municipal é a realização de credenciamento de pessoas jurídicas, com seleção a critério de terceiros, visando a prestação dos serviços de tratamento de feridas, com pagamento por procedimento efetivamente realizado.



Prefeitura Municipal de Caiana

Adm.: 2025/2028 – Unidos por Caiana, com a Força do Povo!

3.8. O modelo de credenciamento possibilita que diversas clínicas, instituições ou empresas de saúde habilitadas possam se cadastrar para a prestação dos serviços, garantindo maior capilaridade, rapidez no atendimento e liberdade de escolha ao usuário dentro dos critérios previamente definidos. O pagamento por procedimento executado assegura que o Município arque apenas com os serviços efetivamente prestados, evitando custos fixos desnecessários e otimizando os recursos públicos.

3.9. Ao adotar o regime de pagamento por procedimento, a Administração Pública estabelece uma forma de contratação mais justa e equilibrada, em que os gastos acompanham a demanda real dos usuários. Isso gera economia ao erário, reduz desperdícios e previne oneração excessiva dos cofres municipais. Ademais, a concorrência entre credenciados tende a elevar o padrão de qualidade dos serviços, mantendo preços compatíveis com o mercado.

3.10. O credenciamento é um instrumento jurídico previsto pela Lei nº 14.133/2021 e regulamentado em diversas instâncias, sendo adequado para situações em que se busca contratar múltiplos prestadores simultaneamente, sem limitação de quantidade, desde que atendam aos requisitos estabelecidos no edital. Tal modalidade reforça os princípios da isonomia, da eficiência, da economicidade e da continuidade do serviço público, previstos no art. 37 da Constituição Federal. Além disso, o critério de seleção a ser exercido por terceiros (como indicação médica, protocolos clínicos ou escolha fundamentada do paciente) confere maior transparência e legitimidade ao processo, atendendo ao interesse público e às diretrizes do SUS.

3.11. A medida amplia a rede de atendimento disponível à população, reduzindo filas, descentralizando serviços e garantindo maior acessibilidade. Também permite que o cidadão seja assistido por prestadores de sua confiança ou próximos à sua localidade, fortalecendo a relação de confiança com o sistema público de saúde. Dessa forma, a solução atende não apenas a critérios administrativos, mas também aos anseios sociais da coletividade.

3.12. A realização de credenciamento de pessoas jurídicas, com seleção a critério de terceiros e pagamento por procedimento realizado, representa a alternativa mais viável, vantajosa e sustentável para a Administração Pública Municipal, pois assegura economicidade, eficiência na gestão de recursos, ampliação da rede de atendimento e atendimento humanizado, garantindo a efetividade das políticas públicas de saúde no Município de Caiana-MG.

4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A empresa responsável pela prestação dos serviços deverá estar regularmente habilitada junto aos órgãos competentes, possuir inscrição ativa no Conselho Regional de Enfermagem (COREN) ou Conselho Regional de Medicina (CRM), e apresentar capacidade técnica comprovada para a realização de procedimentos de tratamento de feridas, em conformidade com os protocolos clínicos e diretrizes estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

4.2. Os materiais e insumos utilizados deverão ser de qualidade certificada, devidamente registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), assegurando segurança, eficácia, esterilidade e conforto aos usuários.



Prefeitura Municipal de Caiana

Adm.: 2025/2028 – Unidos por Caiana, com a Força do Povo!

4.3. É obrigatório o cumprimento rigoroso das etapas assistenciais do processo, desde a avaliação inicial, escolha do protocolo de curativo adequado, execução do procedimento, até a orientação sobre higienização, prevenção de recidivas e acompanhamento do paciente.

4.4. Todas as fases deverão ser executadas sob a responsabilidade técnica de profissional de saúde devidamente habilitado (enfermeiro, técnico de enfermagem ou médico, conforme o caso), integrante da equipe da empresa credenciada, com registro dos atendimentos no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS), para fins de controle, monitoramento e prestação de contas dos procedimentos realizados.

4.5. O atendimento deverá ser humanizado, respeitando os princípios da dignidade da pessoa humana, do sigilo profissional e da acessibilidade, com prioridade às pessoas idosas, com deficiência ou mobilidade reduzida.

4.6. A contratada deverá cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos para execução dos procedimentos, garantindo o retorno para reavaliações, trocas de curativos, manutenção ou ajustes sempre que necessário.

4.7. É de responsabilidade exclusiva e integral da contratada todas as despesas diretas e indiretas, incluindo mão de obra, insumos, equipamentos, encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes do vínculo empregatício de seus profissionais, não podendo, em nenhuma hipótese, ser transferidos ao Município de Caiana-MG.

4.8. O Município reserva-se ao direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços realizados pelos credenciados, podendo proceder ao descredenciamento em caso de má prestação do serviço, mediante processo administrativo específico, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa.

4.9. O credenciado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.

4.10. O credenciado deverá:

I – Executar os serviços conforme a melhor técnica disponível, obedecendo rigorosamente às normas e protocolos clínicos pertinentes.

II – Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, todas as obrigações assumidas por força deste credenciamento.

III – Permitir o acesso dos fiscais e gestores de contrato para supervisionar e acompanhar a execução dos serviços especializados.

IV – Manter, durante todo o contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento.

V – Assumir total responsabilidade pelos serviços; na hipótese de ausência de profissional, deverá comunicar imediatamente a Secretaria Municipal de Saúde e providenciar substituto habilitado.

VI – Assegurar a presença de acompanhante aos pacientes menores de idade, idosos com mais de 60 (sessenta) anos ou pessoas que necessitem de atenção contínua, mediante prévia justificativa médica.



Prefeitura Municipal de Caiana

Adm.: 2025/2028 – Unidos por Caiana, com a Força do Povo!

VII – Comunicar imediatamente ao Município, por escrito, qualquer ocorrência de caráter urgente, prestando os esclarecimentos necessários.

4.11. Os atendimentos deverão ser realizados em clínica especializada.

5- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto ocorrerá por meio do atendimento aos usuários previamente triados e referenciados pelas equipes da Atenção Primária à Saúde, em conformidade com a demanda registrada e os critérios de elegibilidade definidos pela Secretaria Municipal de Saúde. A prestação dos serviços será realizada por pessoas jurídicas credenciadas, devidamente habilitadas junto aos órgãos competentes e com equipe técnica registrada nos respectivos conselhos profissionais (COREN, CRM), respeitando o fluxo pactuado entre as unidades de saúde e os prestadores.

5.2. Os procedimentos deverão seguir rigorosamente as diretrizes técnicas estabelecidas pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, observando protocolos clínicos atualizados para tratamento de feridas agudas e crônicas. Todas as etapas deverão ser contempladas: avaliação inicial do paciente, classificação da ferida, escolha do curativo, realização do procedimento, registro das informações em prontuário e acompanhamento periódico. Os materiais utilizados deverão ser de qualidade certificada, em conformidade com as normas da ANVISA, assegurando biossegurança, eficácia terapêutica e conforto ao usuário.

5.3. Os pagamentos pelos serviços serão realizados por procedimento executado e validado pela fiscalização, conforme os valores estabelecidos pela Administração. Será obrigatória a apresentação de documentação comprobatória, incluindo ficha clínica do paciente, autorização da unidade de saúde e registro do atendimento no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS). A contratada deverá manter registros atualizados e disponíveis para auditoria, assumindo total responsabilidade pela qualidade e adequação dos serviços prestados, inclusive quanto ao atendimento humanizado, pontualidade e eventuais retornos para reavaliações e trocas de curativos.

5.4. A execução será fiscalizada por servidor designado pela Secretaria Municipal de Saúde, que acompanhará o cumprimento do contrato, poderá exigir correções e emitirá relatórios técnicos necessários para fins de medição e pagamento, assegurando que a execução do objeto atenda aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e efetividade no âmbito da política pública de saúde do Município.

5.5. O fluxo de execução dos procedimentos deverá observar as seguintes etapas:

5.5.1. O credenciado será convocado pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante e-mail ou outro meio oficial, para a realização dos atendimentos, devendo atender à convocação no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis.

5.5.2. O atendimento deverá contemplar a avaliação inicial da ferida, com registro fotográfico (quando autorizado pelo paciente) e preenchimento de ficha clínica padronizada.

5.5.3. Após a avaliação, o credenciado deverá realizar a limpeza, preparo do leito da ferida e aplicação do curativo indicado, de acordo com protocolos clínicos e prescrição da equipe de saúde.



Prefeitura Municipal de Caiana

Adm.: 2025/2028 – Unidos por Caiana, com a Força do Povo!

5.5.4. Quando necessário, deverão ser agendadas sessões de acompanhamento e reavaliação, observando o tempo de resposta do paciente e as orientações técnicas da Secretaria Municipal de Saúde.

5.5.5. Todos os procedimentos deverão ser devidamente registrados em prontuário clínico e nos sistemas oficiais do SUS, assegurando rastreabilidade e transparência.

5.5.6. Caso seja identificado agravamento do quadro clínico ou necessidade de procedimentos mais complexos, o credenciado deverá comunicar imediatamente à Secretaria Municipal de Saúde, garantindo a referência do paciente para unidade de maior complexidade no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

5.5.7. O credenciado será responsável por garantir a disponibilidade de materiais e insumos necessários à execução do procedimento, observando as normas de biossegurança e o descarte adequado de resíduos hospitalares.

5.5.8. Havendo necessidade de ajustes, reforços ou substituições de curativos, a Secretaria Municipal de Saúde convocará o credenciado para execução no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, salvo situações emergenciais que demandem atendimento imediato.

5.6. O objeto será recebido provisoriamente pelo fiscal do contrato, com verificação posterior do atendimento às conformidades estabelecidas neste instrumento.

5.7. O objeto será recebido definitivamente pelo gestor ou comissão do contrato, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento às exigências estabelecidas neste instrumento.

5.8. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver sendo executado em desconformidade com as exigências estabelecidas neste instrumento.

5.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil do contratado pela solidez e segurança da execução.

6- FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Caberá ao Fiscal do contrato:

I - Fiscalizar e atestar o recebimento provisório dos produtos ou serviços em face das suas características e especificações, em estrita conformidade com este instrumento;

II - Fiscalizar e atestar o recebimento provisório dos produtos ou serviços em face dos quantitativos solicitados;

III - Fiscalizar e atestar o recebimento provisório dos produtos ou serviços nos prazos e condições estabelecidas neste instrumento;

IV - Auxiliar o gestor no contrato, subsidiando as informações pertinentes às suas competências;

V - Anotar histórico de gerenciamento do contrato, contendo todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

VI - Emitir notificações sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do contrato;

VII - Rejeitar os produtos ou serviços entregues em desconformidade com este instrumento;

VIII - Comunicar formalmente o gestor do contrato a respeito de qualquer ocorrência relacionada ao recebimento do objeto ou suas atribuições;

6.1.1. O fiscal de contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, entre elas:



Prefeitura Municipal de Caiana

Adm.: 2025/2028 – Unidos por Caiana, com a Força do Povo!

- I - Atraso injustificado na execução do cronograma ou entrega dos objetos;
- II - Entrega de produtos em desconformidade com as especificações constantes no instrumento convocatório ou quantitativo divergente do solicitado;
- III - Execução do objeto em desconformidade com este instrumento;
- IV - Descumprimento de cláusula contratual ou regra editalícia;
- V - Subcontratação indevida, sem autorização prévia ou fora dos limites legais;
- VI - Alteração nas condições da habilitação da proponente previstas no instrumento convocatório;
- VII - Quaisquer irregularidades, ilegalidades, atrasos, desvios de finalidades e condutas ilícitas detectadas e não citados anteriormente.

6.2. Caberá ao Gestor do Contrato:

- I - Analisar a documentação que antecede a liquidação e ao pagamento;
 - II - Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, decidindo manifestadamente a respeito nos autos do procedimento;
 - III - Criar rotinas de verificação de valores, conforme a especificidade de cada objeto, para eventualmente propor reequilíbrios econômico-financeiros quando o valor praticado estiver em desconformidade com a prática de mercado;
 - IV - Analisar eventuais solicitações de alterações contratuais, decidindo manifestadamente a respeito nos autos do procedimento;
 - V - Acompanhar o desenvolvimento da execução através dos relatos apresentados pelo fiscal do contrato, bem como os demais documentos pertinentes;
 - VI - Decidir, provisoriamente, pela suspensão da entrega de bens ou a realização dos serviços, manifestando a respeito nos autos do procedimento;
 - VII - Solicitar e acompanhar processos administrativos sancionadores, na dosimetria descrita no instrumento convocatório, nos casos em que o objeto estiver sendo executado em desconformidade com as exigências;
 - VIII - Alimentar o Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP ou equivalente com os dados referentes aos contratos administrativos;
 - IX - Realizar o recebimento definitivo dos produtos ou serviços.
- 6.2.1.** Estendem-se, no que couber, as atribuições do Gestor de Contrato para as eventuais atas de registro de preços.

7- FORMA DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Após o recebimento definitivo realizado pelo gestor do contrato, a Nota Fiscal e os documentos pertinentes serão devidamente encaminhados para o responsável por sua liquidação e posteriormente para o setor responsável pelo pagamento.

7.2. O pagamento será efetuado pelo setor responsável, até 30 (trinta) dias após a liquidação da Nota Fiscal.

7.2.1. Para execução do pagamento o contratado deverá indicar na Nota Fiscal o número de sua conta, agência bancária, nome do banco e código da operação, bem como o número do pedido de execução encaminhado pelo setor responsável ou o número do empenho.

7.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.2.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária na conta indicada na Nota Fiscal, em nome do contratado.



Prefeitura Municipal de Caiana

Adm.: 2025/2028 – *Unidos por Caiana, com a Força do Povo!*

7.3. Poderão ser descontados dos pagamentos devidos os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras despesas de responsabilidade do contratado.

7.4. O Município de poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pelo contratado caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

I- O contratado deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município;

II- Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a contratada atenda à cláusula infringida;

III- A contratada retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município.

IV- Débito da contratada para com o Município quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.

V- Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

8- FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR OU PRESTADOR DE SERVIÇOS

8.1. O critério a ser utilizado para seleção do prestador de serviços será a **SELEÇÃO A CRITÉRIO DE TERCEIROS**.

8.2. A Secretaria Municipal de Saúde de Caiana-MG, manterá lista atualizado dos credenciados, com acesso público para que os usuários possam escolher o prestador de serviços.

9- ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas do presente procedimento auxiliar correrão conta das seguintes dotações orçamentárias: **FICHA: 240 FONTE: 15001002** e nas suas correspondentes para o exercício posterior:

Caiana/MG, 12 de fevereiro de 2026.

Giulia Stella Lemos
Secretário Municipal de Saúde



Prefeitura Municipal de Caiana

Adm.: 2025/2028 – *Unidos por Caiana, com a Força do Povo!*

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1- OBJETO

1.1. Elaboração de Estudo Técnico Preliminar (ETP), com o objetivo de avaliar a viabilidade técnica e econômica para realização de procedimentos hospitalares, como exames de diagnóstico (tomografia), em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Caiana-MG.

2- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Caiana-MG, enquanto gestora local do Sistema Único de Saúde (SUS), tem o dever de assegurar aos usuários o acesso integral, contínuo e resolutivo aos serviços de saúde, em conformidade com os princípios da universalidade, integralidade, equidade e economicidade, previstos na Constituição Federal e nas diretrizes do SUS. Nesse contexto, torna-se imprescindível garantir a oferta de procedimentos hospitalares e exames de diagnóstico, especialmente tomografias, como parte essencial da assistência à saúde da população.

2.2. A tomografia computadorizada constitui exame de alta relevância clínica, amplamente utilizado na investigação e confirmação diagnóstica de patologias de média e alta complexidade, como traumatismos, acidentes vasculares cerebrais, doenças cardiovasculares, neoplasias, alterações pulmonares, abdominais e musculoesqueléticas. Trata-se de tecnologia imprescindível para condutas médicas precisas, rápidas e seguras, impactando diretamente na redução de agravos, letalidade e sequelas, além de contribuir para decisões terapêuticas adequadas e tempestivas.

2.3. A demanda por tais exames decorre do aumento dos atendimentos realizados pelas unidades de saúde municipais e pela necessidade de acompanhamento de pacientes atendidos na Atenção Primária, Atenção de Urgência/Emergência e atenção especializada. Em diversas situações clínicas — como traumas, suspeitas de hemorragia intracraniana, embolia pulmonar, pancreatite, apendicite, cálculos renais complicados, tumores e lesões suspeitas — a tomografia representa o único método capaz de fornecer diagnóstico imediato, sendo elemento indispensável para evitar agravamento do quadro clínico e necessidade de internações prolongadas.

2.4. O Município de Caiana-MG não dispõe, em sua rede própria, de equipamentos de radiologia avançada capazes de realizar tomografias, tampouco possui estrutura hospitalar com capacidade instalada para tais procedimentos. Assim, para assegurar o atendimento digno, seguro e célere aos usuários, faz-se necessária a contratação de serviços especializados junto a unidades hospitalares e clínicas habilitadas, devidamente autorizadas e estruturadas com equipamentos, equipe técnica e suporte assistencial compatíveis com as exigências do Ministério da Saúde e das normas vigentes.

2.5. A adoção dessa medida, além de atender às necessidades assistenciais, evita deslocamentos prolongados, reduz o risco de agravamento clínico durante o transporte, otimiza o tempo de resposta do sistema de saúde local e garante maior resolutividade às demandas da população. A contratação também se justifica pela necessidade de garantir previsibilidade, continuidade e eficiência no atendimento, evitando filas indevidas, demora no



Prefeitura Municipal de Caiana

Adm.: 2025/2028 – Unidos por Caiana, com a Força do Povo!

diagnóstico e comprometimento da qualidade dos serviços prestados. Portanto, a realização de procedimentos hospitalares e exames de diagnóstico por tomografia é indispensável para assegurar atendimento adequado, eficaz e humanizado aos usuários do SUS no Município de Caiana-MG, constituindo-se medida essencial para a manutenção da saúde pública e para o cumprimento das obrigações legais e constitucionais da Administração.

3- LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA PARA SOLUÇÃO ADOTADA

3.1. A adoção do credenciamento de empresas especializadas para a realização de procedimentos hospitalares e exames de diagnóstico, incluindo tomografia computadorizada, configura-se como a alternativa mais viável e vantajosa para a Administração Pública Municipal de Caiana-MG, em razão das características do objeto, da natureza do serviço e da necessidade de garantir atendimento contínuo, rápido e eficiente aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

3.2. Trata-se de serviços de natureza singular, cuja demanda é variável, imprevisível e dependente de avaliação clínica individual, não sendo possível estimar previamente a quantidade exata de atendimentos mensais. Diante desse cenário, a realização de certame licitatório convencional, com contratação exclusiva de um único fornecedor, poderia gerar risco de insuficiência operacional, falta de capacidade de atendimento, formação de filas, dependência de um único prestador e prejuízos à continuidade dos serviços essenciais de saúde.

3.3. O modelo de credenciamento permite que múltiplos prestadores habilitados, todos cumprindo os mesmos requisitos técnicos, legais e financeiros, sejam contratados simultaneamente, fortalecendo a rede assistencial e garantindo atendimento ágil conforme a necessidade real dos pacientes. Essa modalidade, prevista no art. 78 da Lei Federal nº 14.133/2021, é amplamente utilizada no âmbito da saúde pública justamente porque não envolve disputa de preços, mas sim a habilitação de todos os prestadores aptos, com base em tabela fixa previamente definida pela Administração.

3.4. Nesse caso, os valores a serem praticados foram previamente aprovados pelo Conselho Municipal de Saúde, após consulta de mercado, assegurando aderência aos preços usualmente praticados no setor, transparência, economicidade e conformidade com a política de controle social do SUS. A definição dos valores por órgão colegiado municipal, após verificação da compatibilidade de mercado, garante que não haja sobrepreço, desequilíbrio econômico-financeiro ou direcionamento.

3.5. Além disso, o credenciamento viabiliza a maior capilaridade e disponibilidade de atendimento, evitando deslocamentos desnecessários e reduzindo tempo de espera, atendimento imediato em situações de urgência e emergência, sem depender da capacidade limitada de único fornecedor, contratação contínua, sem necessidade de repetição de processos licitatórios, reduzindo custos administrativos, flexibilidade operacional, já que o Município pode encaminhar os pacientes para o prestador mais próximo ou mais disponível, adequação ao princípio da supremacia do interesse público, garantindo ampliação da rede assistencial.

3.6. Ademais, o credenciamento evita a formação de monopólios e assegura que diversos prestadores possam atuar simultaneamente, respeitando a isonomia e permitindo que



Prefeitura Municipal de Caiana

Adm.: 2025/2028 – *Unidos por Caiana, com a Força do Povo!*

qualquer empresa interessada participe, desde que atenda aos requisitos estabelecidos no edital. Assim, considerando a natureza essencial dos serviços de saúde, a imprevisibilidade da demanda, a necessidade de disponibilidade imediata, a compatibilidade dos valores após consulta de mercado e aprovação do Conselho Municipal de Saúde, e os princípios da eficiência, economicidade, continuidade dos serviços e vantajosidade para a Administração Pública, conclui-se que o credenciamento é a alternativa mais adequada, segura e vantajosa para a prestação dos serviços, garantindo pleno atendimento aos usuários do SUS e cumprimento das obrigações legais do Município de Caiana-MG.

3.7. O município de Caiana-MG, através da secretaria municipal de Saúde, estima um quantitativo de consumo anual, conforme planilha demonstrativa colacionada a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	TOMOGRAFIA – ABDOMEM SUPERIOR	UNID	200	R\$ 427,90	R\$ 85.580,00
2.	TOMOGRAFIA – ARTICULAÇÃO DE MEMBRO SUPERIOR	UNID	80	R\$ 288,52	R\$ 23.081,60
3.	TOMOGRAFIA – ARTICULAÇÃO DE MEMBRO INFERIOR	UNID	80	R\$ 288,52	R\$ 23.081,60
4.	TOMOGRAFIA – COLUNA CERVICAL	UNID	120	R\$ 377,17	R\$ 45.260,40
5.	TOMOGRAFIA – COLUNA DORSAL	UNID	120	R\$ 431,42	R\$ 51.770,40
6.	TOMOGRAFIA – COLUNA LOMBO SACRA	UNID	120	R\$ 307,62	R\$ 36.914,40
7.	TOMOGRAFIA – COLUNA TORÁCICA	UNID	120	R\$ 295,19	R\$ 35.422,80
8.	TOMOGRAFIA – CRÂNIO	UNID	120	R\$ 340,69	R\$ 40.882,80
9.	TOMOGRAFIA – FACE OU SEIOS DA FACE	UNID	80	R\$ 356,66	R\$ 28.532,80
10.	TOMOGRAFIA – MASTÓIDES OU ORELHAS	UNID	80	R\$ 395,47	R\$ 31.637,60
11.	TOMOGRAFIA – PELVE/BACIA/ABDOMEM INFERIOR	UNID	200	R\$ 347,61	R\$ 69.522,00
12.	TOMOGRAFIA – PESCOÇO	UNID	200	R\$ 359,41	R\$ 71.882,00
13.	TOMOGRAFIA – SEGMENTOS APENDICULARES BRAÇO, ANTEBRAÇO MÃO COXA PERNA PÉ	UNID	120	R\$ 288,52	R\$ 34.622,40
14.	TOMOGRAFIA – TÓRAX	UNID	200	R\$ 417,54	R\$ 83.508,00

3.8. O estabelecimento de valores em referência aos preços constantes na tabela de procedimento em questão, se encontra em estrita conformidade com a legislação pertinente, em especial com o estabelecido no Art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, haja vista as disposições contidas no **Decreto Municipal nº 1.032/2026**, após aprovação do conselho municipal de saúde de Caiana-MG.

4- REQUISITOS E CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

4.1. A empresa credenciada deverá observar integralmente os protocolos técnicos, sanitários e normativos estabelecidos pela ANVISA, Ministério da Saúde, Vigilância Sanitária Estadual e Municipal, mantendo todos os equipamentos em perfeito estado de funcionamento, calibrados e com registro válido nos órgãos competentes.

4.2. Os atendimentos deverão ser realizados por profissionais habilitados e regularmente registrados em seus respectivos conselhos de classe, sendo obrigatória a adoção de boas práticas assistenciais, humanização do atendimento e garantia de condições adequadas de



Prefeitura Municipal de Caiana

Adm.: 2025/2028 – Unidos por Caiana, com a Força do Povo!

acesso, conforto e acolhimento aos usuários encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde.

4.3. A contratada deverá cumprir rigorosamente os prazos de realização dos procedimentos, observando-se:

- a) atendimento imediato para os casos classificados como urgência e emergência;
- b) agendamento célere para os procedimentos eletivos, de modo a assegurar continuidade e resolutividade assistencial;

4.4. A contratada deverá fornecer laudos médicos completos, assinados por profissionais habilitados, contendo identificação, CRM e especialidade, observando-se os prazos definidos contratualmente, bem como disponibilizar as imagens dos exames em meio físico ou digital, conforme determinação da Secretaria Municipal de Saúde.

4.5. A empresa deverá registrar e comunicar ao Município todas as informações referentes aos procedimentos realizados, incluindo: identificação do paciente, data e horário do atendimento, nome do profissional responsável, dados técnicos do exame, intercorrências ocorridas e situações de ausência ou recusa do paciente, enviando relatório periódico ao setor competente.

4.6. A contratada deverá observar integralmente os valores aprovados pelo Conselho Municipal de Saúde, oriundos de consulta prévia de mercado, sendo vedada qualquer cobrança adicional, complementação financeira ou prática de preços divergentes dos estabelecidos no processo de credenciamento.

4.7. A empresa deverá manter instalações físicas adequadas ao atendimento, incluindo salas de exame devidamente equipadas, salas de espera confortáveis, sinalização acessível, banheiros adaptados e observância integral das normas de acessibilidade e segurança.

4.8. A contratada é responsável por assegurar continuidade e qualidade dos serviços, devendo evitar interrupções injustificadas e providenciar, quando necessário, a substituição imediata de equipamentos danificados ou inoperantes, garantindo a plena prestação dos serviços contratados.

4.9. A contratada deverá manter responsável técnico devidamente nomeado, com registro ativo no conselho profissional competente, devendo comunicar à Secretaria qualquer alteração, suspensão ou impedimento que comprometa o exercício da responsabilidade técnica.

4.10. O faturamento dos serviços prestados deverá ser realizado mensalmente, acompanhado da documentação comprobatória necessária, incluindo guias de encaminhamento, laudos médicos, registros de execução, identificação do paciente e demais elementos exigidos pela Secretaria Municipal de Saúde, submetendo-se integralmente aos procedimentos de auditoria e controle interno.

4.11. A empresa deverá garantir sigilo absoluto sobre todas as informações pessoais e clínicas dos pacientes atendidos, em estrita observância à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD,



Prefeitura Municipal de Caiana

Adm.: 2025/2028 – Unidos por Caiana, com a Força do Povo!

implementando medidas de segurança destinadas a prevenir acessos indevidos, vazamentos ou utilização inadequada das informações.

4.12. A contratada deverá permitir e colaborar com a fiscalização exercida pelo Município, assegurando acesso às instalações, registros, prontuários, equipamentos e demais documentos relacionados à execução do objeto, acatando orientações, notificações e determinações emitidas pelo fiscal do contrato ou pelo setor competente.

5- ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO

5.1. O município de Caiana-MG, através da secretaria municipal de Saúde, estima um consumo anual de **R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)**, para prestação dos serviços em questão.

6- VALOR ESTIMADO

6.1. A definição dos valores a serem praticados para os serviços em questão foi realizada com base em pesquisa de mercado junto a potenciais fornecedores, cujo resultado permitiu identificar preços compatíveis com a realidade local e regional, assegurando a formação de referência justa, transparente e condizente com os custos efetivamente praticados. O estabelecimento desses valores, em referência aos preços obtidos, encontra-se em estrita conformidade com a legislação pertinente, em especial com o disposto no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, que disciplina os critérios de pesquisa e estimativa de preços para contratações públicas. Essa metodologia de definição de preços proporciona maior aderência à realidade de mercado, previsibilidade orçamentária e segurança jurídica para a Administração Pública, além de resguardar os princípios da economicidade, eficiência e transparência. Dessa forma, a adoção dos valores apurados na pesquisa de mercado como referência para a contratação municipal configura-se como medida tecnicamente fundamentada, juridicamente válida e economicamente vantajosa, garantindo equilíbrio entre custo e benefício, sustentabilidade financeira dos serviços e atendimento pleno às necessidades da coletividade.

7- DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

7.1. A contratação oriunda do processo administrativo de credenciamento configura inviabilidade de competição e será formalizada como inexigibilidade de licitação, nos termos do inciso IV do art. 74 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

7.2. Após divulgação do proponente na lista de credenciados, o órgão ou a entidade poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, retirar a nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3. A administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato ou retirar outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste edital de credenciamento.

7.3.1. O credenciado deverá assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

7.3.2. Poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, desde que o motivo apresentado seja aceito pela administração.



Prefeitura Municipal de Caiana

Adm.: 2025/2028 – *Unidos por Caiana, com a Força do Povo!*

7.4. A vigência dos contratos decorrentes do credenciamento será correspondente a 12 (doze) meses, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4.1. O contrato poderá ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

7.5. Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8- NECESSIDADE TÉCNICA PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

8.1. Após realização deste estudo verificou-se que não há necessidade de contratação de terceiros para auxiliar os responsáveis pela fiscalização e gestão do futuro contrato, bem como não há necessidade de formação profissional específica dos mesmos, porém ressalta-se que no momento da designação, é importante verificar se os atores possuem conhecimento técnico compatível e suficiente para atestar o cumprimento das exigências estabelecidas.

9- CONTRATAÇÃO CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

9.1. Para o perfeito cumprimento deste objeto não se faz necessária a contratação de objetos correlatos ou interdependentes de natureza distinta ou que não estejam previstos nas especificações constantes deste instrumento.

10- CONCLUSÃO

10.1. Após realização do Estudo Técnico Preliminar – ETP certificou-se que a solução abordada é a mais adequada para contratação atender plenamente a necessidade que se destina, em face de suas características e peculiaridades identificadas durante a elaboração.

Caiana/MG, 12 de fevereiro de 2026.

Giulia Stella Lemos
Secretário Municipal de Saúde





Prefeitura Municipal de Caiana

Adm.: 2025/2028 – Unidos por Caiana, com a Força do Povo!

PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 002/2026 CREDENCIAMENTO Nº 002/2026 MINUTA CONTRATUAL ANEXO II

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0XX/20XX QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAIANA A EMPRESA XXXXXXXXXXXX.

O **MUNICÍPIO DE CAIANA**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 18.114.256/0001-95, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, Sr. Vinicius Barroso Araújo, portadora da CI/RG nº xxxxxxxxx e inscrita no CPF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, sediada áxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) xxxxxxxxxxxxxxxxx, portador(a) da CI/RG nº xxxxxxxxx e inscrito(a) no CPF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, doravante denominado **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, em conformidade com o Processo Administrativo nº 0xx/2026, Inexigibilidade nº 0xx/2026, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições pactuadas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR

1.1. Constitui objeto do presente instrumento a **Contratação de empresa para prestação de serviços de procedimentos hospitalares, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Caiana/MG.**

1.2. O objeto da contratação deverá seguir as especificações, quantitativos e valores delimitados através da planilha a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
01		

1.3. Integram este contrato, como se nele estivessem transcritos: o Termo de Referência, o Edital de Credenciamento e seus Anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O contrato oriundo do presente procedimento terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

2.2. O contrato poderá ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21 até o limite máximo de 10 (dez) anos, desde que devidamente comprovada que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contrato ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO



Prefeitura Municipal de Caiana

Adm.: 2025/2028 – Unidos por Caiana, com a Força do Povo!

3.1. A execução do objeto ocorrerá por meio do atendimento aos usuários previamente triados e referenciados pelas equipes da Atenção Primária à Saúde, em conformidade com a demanda registrada e os critérios de elegibilidade definidos pela Secretaria Municipal de Saúde. A prestação dos serviços será realizada por pessoas jurídicas credenciadas, devidamente habilitadas junto aos órgãos competentes e com equipe técnica registrada nos respectivos conselhos profissionais (COREN, CRM), respeitando o fluxo pactuado entre as unidades de saúde e os prestadores.

3.2. Os procedimentos deverão seguir rigorosamente as diretrizes técnicas estabelecidas pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, observando protocolos clínicos atualizados para tratamento de feridas agudas e crônicas. Todas as etapas deverão ser contempladas: avaliação inicial do paciente, classificação da ferida, escolha do curativo, realização do procedimento, registro das informações em prontuário e acompanhamento periódico. Os materiais utilizados deverão ser de qualidade certificada, em conformidade com as normas da ANVISA, assegurando biossegurança, eficácia terapêutica e conforto ao usuário.

3.3. Os pagamentos pelos serviços serão realizados por procedimento executado e validado pela fiscalização, conforme os valores estabelecidos pela Administração. Será obrigatória a apresentação de documentação comprobatória, incluindo ficha clínica do paciente, autorização da unidade de saúde e registro do atendimento no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS). A contratada deverá manter registros atualizados e disponíveis para auditoria, assumindo total responsabilidade pela qualidade e adequação dos serviços prestados, inclusive quanto ao atendimento humanizado, pontualidade e eventuais retornos para reavaliações e trocas de curativos.

3.4. A execução será fiscalizada por servidor designado pela Secretaria Municipal de Saúde, que acompanhará o cumprimento do contrato, poderá exigir correções e emitirá relatórios técnicos necessários para fins de medição e pagamento, assegurando que a execução do objeto atenda aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e efetividade no âmbito da política pública de saúde do Município.

3.5. O fluxo de execução dos procedimentos deverá observar as seguintes etapas:

3.5.1. O credenciado será convocado pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante e-mail ou outro meio oficial, para a realização dos atendimentos, devendo atender à convocação no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis.

3.5.2. O atendimento deverá contemplar a avaliação inicial da ferida, com registro fotográfico (quando autorizado pelo paciente) e preenchimento de ficha clínica padronizada.

3.5.3. Após a avaliação, o credenciado deverá realizar a limpeza, preparo do leito da ferida e aplicação do curativo indicado, de acordo com protocolos clínicos e prescrição da equipe de saúde.

3.5.4. Quando necessário, deverão ser agendadas sessões de acompanhamento e reavaliação, observando o tempo de resposta do paciente e as orientações técnicas da Secretaria Municipal de Saúde.

3.5.5. Todos os procedimentos deverão ser devidamente registrados em prontuário clínico e nos sistemas oficiais do SUS, assegurando rastreabilidade e transparência.

3.5.6. Caso seja identificado agravamento do quadro clínico ou necessidade de procedimentos mais complexos, o credenciado deverá comunicar imediatamente à Secretaria Municipal de



Prefeitura Municipal de Caiana

Adm.: 2025/2028 – Unidos por Caiana, com a Força do Povo!

Saúde, garantindo a referência do paciente para unidade de maior complexidade no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.5.7. O credenciado será responsável por garantir a disponibilidade de materiais e insumos necessários à execução do procedimento, observando as normas de biossegurança e o descarte adequado de resíduos hospitalares.

3.5.8. Havendo necessidade de ajustes, reforços ou substituições de curativos, a Secretaria Municipal de Saúde convocará o credenciado para execução no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, salvo situações emergenciais que demandem atendimento imediato.

3.6. O objeto será recebido provisoriamente pelo fiscal do contrato, com verificação posterior do atendimento às conformidades estabelecidas neste instrumento.

3.7. O objeto será recebido definitivamente pelo gestor ou comissão do contrato, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento às exigências estabelecidas neste instrumento.

3.8. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver sendo executado em desconformidade com as exigências estabelecidas neste instrumento.

3.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil do contratado pela solidez e segurança da execução.

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

4.1. Caberá ao Fiscal do contrato:

I - Fiscalizar e atestar o recebimento provisório dos produtos ou serviços em face das suas características e especificações, em estrita conformidade com este instrumento;

II - Fiscalizar e atestar o recebimento provisório dos produtos ou serviços em face dos quantitativos solicitados;

III - Fiscalizar e atestar o recebimento provisório dos produtos ou serviços nos prazos e condições estabelecidas neste instrumento;

IV - Auxiliar o gestor no contrato, subsidiando as informações pertinentes às suas competências;

V - Anotar histórico de gerenciamento do contrato, contendo todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

VI - Emitir notificações sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do contrato;

VII - Rejeitar os produtos ou serviços entregues em desconformidade com este instrumento;

VIII - Comunicar formalmente o gestor do contrato a respeito de qualquer ocorrência relacionada ao recebimento do objeto ou suas atribuições;

4.1.1. O fiscal de contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, entre elas:

I - Atraso injustificado na execução do cronograma ou entrega dos objetos;

II - Entrega de produtos em desconformidade com as especificações constantes no instrumento convocatório ou quantitativo divergente do solicitado;

III - Execução do objeto em desconformidade com este instrumento;

IV - Descumprimento de cláusula contratual ou regra editalícia;

V - Subcontratação indevida, sem autorização prévia ou fora dos limites legais;

VI - Alteração nas condições da habilitação da contratada previstas no instrumento convocatório;



Prefeitura Municipal de Caiana

Adm.: 2025/2028 – *Unidos por Caiana, com a Força do Povo!*

VII - Quaisquer irregularidades, ilegalidades, atrasos, desvios de finalidades e condutas ilícitas detectadas e não citados anteriormente.

4.2. Caberá ao Gestor do Contrato:

I - Analisar a documentação que antecede a liquidação e ao pagamento;

II - Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, decidindo manifestadamente a respeito nos autos do procedimento;

III - Criar rotinas de verificação de valores, conforme a especificidade de cada objeto, para eventualmente propor reequilíbrios econômico-financeiros quando o valor praticado estiver em desconformidade com a prática de mercado;

IV - Analisar eventuais solicitações de alterações contratuais, decidindo manifestadamente a respeito nos autos do procedimento;

V - Acompanhar o desenvolvimento da execução através dos relatos apresentados pelo fiscal do contrato, bem como os demais documentos pertinentes;

VI - Decidir, provisoriamente, pela suspensão da entrega de bens ou a realização dos serviços, manifestando a respeito nos autos do procedimento;

VII - Solicitar e acompanhar processos administrativos sancionadores, na dosimetria descrita no instrumento convocatório, nos casos em que o objeto estiver sendo executado em desconformidade com as exigências;

VIII - Alimentar o Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP ou equivalente com os dados referentes aos contratos administrativos;

IX - Realizar o recebimento definitivo dos produtos ou serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Na execução deste contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o **CONTRATADO** poderá subcontratar parcelas do objeto, desde que, autorizado formalmente pelo **CONTRATANTE**.

5.1.1. Na autorização, caso concedida, o **CONTRATANTE** deverá indicar o limite percentual do objeto ou a parcela que poderá ser subcontratada.

5.1.2. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontrato, quando cabível, que será avaliada e juntada aos autos do processo Administrativo.

5.1.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. Após o recebimento definitivo realizado pelo gestor do contrato, a Nota Fiscal e os documentos pertinentes serão devidamente encaminhados para o responsável por sua liquidação e posteriormente para o setor responsável pelo pagamento.

6.2. O pagamento será efetuado pelo setor responsável, até 30 (trinta) dias após a liquidação da Nota Fiscal.

6.2.1. Para execução do pagamento o contratado deverá indicar na Nota Fiscal o número de sua conta, agência bancária, nome do banco e código da operação, bem como o número do pedido de execução encaminhado pelo setor responsável ou o número do empenho.



Prefeitura Municipal de Caiana

Adm.: 2025/2028 – Unidos por Caiana, com a Força do Povo!

6.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.2.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária na conta indicada na Nota Fiscal, em nome do contratado.

6.3. Poderão ser descontados dos pagamentos devidos os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras despesas de responsabilidade do contratado.

6.4. O Município de poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pelo contratado caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

I- O contratado deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município;

II- Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que o contratado atenda à cláusula infringida;

III- O contratado retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município.

IV- Débito do contratado para com o Município quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.

V- Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis, ressalvados os casos de alteração nos valores estipulados pelo Conselho Municipal de Saúde de Caiana/MG.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

I- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

II- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

III- Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

IV- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

V- Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

VI- Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

VII- Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

VIII - Cientificar o órgão de assessoramento jurídico para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

IX- Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado.



Prefeitura Municipal de Caiana

Adm.: 2025/2028 – Unidos por Caiana, com a Força do Povo!

X- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.2. São obrigações do CONTRATADO

I- O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando;

II- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

III- Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da para a execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

IV- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

V- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os objetos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

VI- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

VII- Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no Processo Administrativo;

VIII- Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

IX- Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

X- Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

XI- Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, quando cabível (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

XII- Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, quando cabível (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

XIII- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

XIV- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta



Prefeitura Municipal de Caiana

Adm.: 2025/2028 – Unidos por Caiana, com a Força do Povo!

não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

XV- Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

XVI- Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

XVII- Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

XVIII- Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

XIX - Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

XX - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o contratado que, com dolo ou culpa:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos contratados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I- Advertência;

II- Multa;

III- Impedimento de licitar e contratar e



Prefeitura Municipal de Caiana

Adm.: 2025/2028 – Unidos por Caiana, com a Força do Povo!

IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.2.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

9.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.2.3. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.2.4. Na aplicação da sanção prevista no inciso II, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.2.5. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.2.5.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

9.2.5.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I- A natureza e a gravidade da infração cometida.

II- As peculiaridades do caso concreto

III- As circunstâncias agravantes ou atenuantes

IV- Os danos que dela provierem para a Administração Pública

V- A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A sanção administrativa de advertência, inciso I do item 10.2, será aplicada exclusivamente pela infração que der causa à inexecução parcial do contrato, inciso I do item 10.1, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave.

9.5. A sanção administrativa de multa, inciso II do item 10.2, será aplicada, ao responsável por qualquer das infrações previstas no item 10.1. deste instrumento, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

9.5.1. A multa será calculada pelo gestor do contrato que deverá observar para sua aplicação o disposto no item 10.3.

9.6. A sanção prevista no inciso III do item 10.2, impedimento de licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 9.1 deste instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme a gravidade da infração.



Prefeitura Municipal de Caiana

Adm.: 2025/2028 – Unidos por Caiana, com a Força do Povo!

9.7. A sanção prevista no inciso IV do item 9.2, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, X, XI e XII do item 9.1., bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 9.6 deste instrumento, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.7.1. A sanção administrativa prevista no inciso IV do item 10.2 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal responsável.

9.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta, quando exigida, em favor do órgão.

9.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. No prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, o município deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.15. Todas as intimações serão realizadas através do endereço de e-mail informado pelo contratado em seu cadastro, não será aceita, em nenhuma hipótese, a justificativa do não recebimento das intimações realizadas através deste canal.

9.15.1. Caso o contratado não confirme o recebimento das intimações no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a administração o convocará por publicação no Diário Oficial adotado pelo órgão.

9.16. Além das sanções previstas no item 10.2, o contratado estará sujeito a multa de mora pelo atraso injustificado na execução do contrato.

9.16.1. Após o decurso do prazo de execução, quando as obrigações não estiverem sanadas, o fiscal do contrato emitirá uma advertência sobre o atraso injustificado, o contratado terá o



Prefeitura Municipal de Caiana

Adm.: 2025/2028 – Unidos por Caiana, com a Força do Povo!

prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para justificar a inexecução, resultando nas seguintes hipóteses:

- I – Caso a justificativa para o atraso na execução seja acatada pela administração, esta deverá disponibilizar prazo exíguo para o saneamento e regularização da execução;
- II – Caso a justificativa não seja aceita pela administração ou o contratado não a apresente no prazo determinado, este estará sujeito a multa de 2% (dois por cento) do valor integral do contrato por dia de atraso na execução, até o limite máximo de 30% (trinta por cento), atingido este limite a administração poderá convertê-la em compensatória e promover a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das outras sanções previstas neste instrumento convocatório.

9.16.2. Será utilizado como parâmetro de cálculo o valor das respectivas parcelas em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I - Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II - Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III - Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV - Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V - Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI - Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- VII - Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
- VIII – Atraso injustificado na execução do objeto, após esgotadas as medidas cabíveis estabelecidas no item 9.16

10.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- 10.2.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 10.2.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 10.2.3.** Indenizações e multas.

10.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INDICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão conta da seguinte dotação orçamentária: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX e nas suas correspondentes para o exercício posterior.



Prefeitura Municipal de Caiana

Adm.: 2025/2028 – *Unidos por Caiana, com a Força do Povo!*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21 e demais atos normativos pertinentes e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas no Código de Defesa do Consumidor, além das normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1. Este contrato poderá ser alterado conforme disposições contidas no Art. 124 da Lei Federal nº 14.133/21.

13.2. O **CONTRATADO** se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos limites estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/21.

13.3. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

- I - Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;
- II - Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
- III - Alterações na razão ou na denominação social do contratado;
- IV - Empenho de dotações orçamentárias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1. Este contrato e os eventuais termos aditivos decorrentes, deverão ser divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, como condição indispensável para sua eficácia no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

15.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no foro da comarca de Espera Feliz/MG, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Caiana/MG, xx de xxxxx de 2026.

MUNICIPIO DE CAIANA/MG
Vinicius Barroso Araújo – Prefeito Municipal
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
REPRESENTANTE LEGAL
CONTRATADA



Prefeitura Municipal de Caiana

Adm.: 2025/2028 – *Unidos por Caiana, com a Força do Povo!*

PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 002/2026 CREDENCIAMENTO Nº 002/2026 MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

A empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, declaro para os devidos fins, em conformidade com o instrumento convocatório do Procedimento Auxiliar qualificado em epígrafe que a empresa:

- I-** Não incorre nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21;
- II-** Atende os requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21;
- III-** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21;
- IV-** A proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados;
- V-** A proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega da proposta, conforme art. 63 § 1º da Lei Federal nº 14.133/21;
- VI-** Está ciente do edital e concorda com as condições locais para cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;
- VII-** Para fins do disposto no inciso VI, do art. 68, da Lei nº 14.133/21, não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;
- VIII-** Para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/06, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto portando, a exercer o direito de preferência.
- IX-** Não possui, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

Caiana-MG, xx de xxxxxxxxxxxx de 2026

XXXXXXXXXX
Representante Legal